

## ÍNDICE GERAL

<b>TÍTULO I. O PROCESSO COMUM DE DECLARAÇÃO</b>	
<b>FASES E TRAMITAÇÃO</b>	13
<b>CAPÍTULO I. O PROCESSO COMUM DE DECLARAÇÃO. FORMA.</b>	
<b>FASES. SUBSIDIARIEDADE. PRAZOS</b>	15
<b>SECÇÃO I PROCESSO COMUM DE DECLARAÇÃO</b>	15
1. Processo comum de declaração. Forma. Fases. Subsidiariedade	15
2. Fases	18
3. Enxerto cível em processo penal	19
<b>SECÇÃO II PRAZOS PROCESSUAIS</b>	22
4. Prazos processuais. Noção. Função. Espécies. Prazo supletivo.	
Regra da continuidade. Contagem	22
4.1. Noção. Função. Espécies	22
4.2. Prazos perentórios e dilatórios	22
4.3. Prazos de prescrição e de caducidade	25
4.4. Prazos para a propositura de ações	29
5. Contagem dos prazos. Regra da continuidade. Prazos progressivos e regressivos	32
5.1. Prorrogação. Dilação	35
5.2. Prática de atos fora do prazo. Exceções à regra da preclusão. Prazo de complacência. Multa e respetiva liquidação	35
5.3. Justo impedimento	36
5.4. Prazo geral supletivo	39
5.5. Prazo para o pagamento de custas e multas processuais	39

CAPÍTULO II. OS ARTICULADOS	41
6. Os articulados	42
6.1. Noção. Função	42
6.2. Nomenclatura. Classificação	43
SECÇÃO I. A PETIÇÃO INICIAL	44
7. A petição inicial	44
7.1. Definição. Objeto. Iniciativa	44
7.2. Apresentação a juízo. Requisitos. Taxa de justiça. Forma externa	45
7.2.1. Formas de apresentação a juízo. Suporte digital	45
7.2.2. Requisitos. Indicações obrigatórias	46
7.2.3. Taxa de justiça	47
7.2.4. Forma externa	48
7.3. A causa de pedir	49
7.3.1. Noção. Modalidades	49
7.3.2. Ónus da alegação. Integração da causa de pedir	52
7.4. O pedido	59
7.4.1. Noção	59
7.4.2. Modalidades	60
7.4.2.1. Pedidos alternativos	60
7.4.2.2. Pedidos subsidiários	62
7.4.2.3. Pedidos cumulativos	65
7.4.2.4. Pedidos genéricos ou ilíquidos	66
7.4.2.5. Pedidos de prestações vincendas	70
7.5. Vícios da petição inicial	73
7.5.1. Vícios formais. Controlo externo	73
7.5.2. Recusa da petição. Impugnação. Benefício concedido ao autor. Apresentação de nova petição	73
7.5.2.1. Recusa pela secretaria	73
7.5.2.2. Recusa informática	74
7.5.3. Ineptidão	75
7.5.3.1. Causas	75
7.5.3.2. Controlo. Oportunidade. Sanação. Indeferimento liminar	78
7.5.3.3. Benefício concedido ao autor. Apresentação de nova petição	81
7.6. Registo de ações	81

8.	A citação	84
8.1.	Noção. Função	84
8.2.	Oportunidade. Lugar	84
8.3.	Regra da oficiosidade. Exceções. Despacho liminar prévio	85
8.4.	Modalidades da citação	86
8.4.1.	Citação das pessoas singulares	86
8.4.2.	Citação das pessoas coletivas	87
8.5.	Efeitos	89
SECÇÃO II. A CONTESTAÇÃO		97
9.	A contestação	97
9.1.	Noção. Modalidades. Prazo. Forma externa. Controlo formal	97
9.1.1.	Noção. Modalidades	97
9.1.2.	Prazo. Apresentação a juízo	98
9.1.3.	Notificação ao autor	100
9.1.4.	Forma externa. Ordenação das matérias. Requisitos	100
9.1.5.	Taxa de justiça	103
9.1.6.	Controlo formal externo	104
9.2.	Ónus da contestação. Revelia. Consequências processuais	104
9.2.1.	Revelia operante	105
9.2.2.	Tramitação subsequente à revelia operante	107
9.2.3.	Revelia inoperante. Situações legais. Consequências processuais	110
10.	A defesa do réu	118
10.1.	Defesa por impugnação e/ou por exceção	118
10.1.1.	Defesa por impugnação	118
10.1.2.	Defesa por exceção	122
10.1.2.1.	Exceções dilatórias	123
10.1.2.2.	Exceções perentórias	126
10.2.	Princípio da concentração da defesa. Exceções	129
10.2.1.	Princípios da preclusão e da eventualidade	130
10.2.2.	Exceções ao princípio da concentração. Defesa separada e defesa diferida	131
10.3.	Ónus da impugnação. Efeito cominatório/probatório. Exceções	131
10.3.1.	Conteúdo	131
10.3.2.	Efeito cominatório/probatório. Exceções	132
11.	A reconvenção	135

11.1.	Defesa por exceção e reconvenção	135
11.2.	Facultatividade e autonomia da reconvenção	138
11.3.	Requisitos	140
11.3.1.	Requisitos processuais	140
11.3.2.	Requisitos materiais	144
11.3.3.	A reconvenção nas ações de simples declaração negativa, no processo executivo e em outros processos e procedimentos especiais e alternativos	155
11.3.3.1.	Nas ações de simples declaração negativa	155
11.3.3.2.	No processo executivo	158
11.3.3.3.	Na ação especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos e injunção	161
11.3.3.4.	No procedimento especial de despejo	165
11.3.3.5.	No processo de insolvência	166
11.3.3.6.	Nos processos especiais de divisão de coisa comum e de prestação de contas	167
11.3.3.7.	Nos processos dos julgados de paz e da arbitragem voluntária	170
SECÇÃO III. ARTICULADOS EVENTUAIS E EXTRAORDINÁRIOS		171
12.	A réplica	171
12.1.	Função. Conteúdo	171
12.2.	Oportunidade. Prazo. Efeitos da falta de apresentação	172
13.	Articulados extraordinários	174
13.1.	Articulados supervenientes	174
13.2.	Articulados judicialmente induzidos	176
13.3.	Outros requerimentos de natureza superveniente	178
14.	Termos posteriores aos articulados nas ações de valor não superior a metade da alçada da Relação	179
CAPÍTULO III. GESTÃO INICIAL DO PROCESSO E AUDIÊNCIA PRÉVIA		181
15.	Gestão Inicial do Processo. Audiência Prévia. Caracterização. Finalidades	181
SECÇÃO I. GESTÃO INICIAL DO PROCESSO		182
15.1.	O Despacho pré-saneador	182

15.1.1.	Oportunidade. Finalidades	182
15.1.2.	Suprimento de exceções dilatórias e/ou sanação da falta de pressupostos processuais	183
15.1.3.	Aperfeiçoamento dos articulados	184
15.1.4.	Suprimento da falta de documento destinado a permitir a apreciação de exceções dilatórias ou o conhecimento (total ou parcial) do mérito da causa no despacho saneador	192
15.1.5.	Regime. Natureza. Valor. Efeitos	193
SECÇÃO II.	A AUDIÊNCIA PRÉVIA	197
15.2.	A audiência prévia	197
15.2.1.	Oportunidade. Designação. Ata	197
15.2.2.	Finalidades principais	199
15.2.3.	Finalidades eventuais	206
15.2.4.	Preclusão	207
15.3.	Inadmissibilidade. Dispensa. Reclamações	207
SECÇÃO III.	DESPACHO SANEADOR	209
16.	Despacho saneador	209
16.1.	Oportunidade	209
16.2.	Finalidades	209
16.3.	Valor	214
SECÇÃO IV.	DESPACHO DE IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DO LITÍGIO E DE ENUNCIACÃO DOS TEMAS DA PROVA	215
17.	Despacho de identificação do objeto do litígio e de enunciação dos temas da prova	215
17.1.	Oportunidade. Razão de ser. Conteúdo	215
17.2.	Crítérios de enunciação	217
17.3.	Valor. Modificabilidade	222
CAPTÍULO IV.	A INSTRUÇÃO. DIREITO PROBATÓRIO	223
SECÇÃO I.	DIREITO PROBATÓRIO GERAL. CONCEITOS PROBATÓRIOS	224
18.	A instrução do processo	224
18.1.	Noção. Função	224
18.2.	Conceito de prova. Definições doutrinárias associadas	225
19.	Direito probatório	227

19.1.	Direito probatório material	227
19.2.	Direito probatório formal	227
20.	Objeto das provas	228
20.1.	O tema probatório	228
20.2.	Necessidade de prova	233
SECÇÃO II. O ÓNUS DA PROVA		234
21.	O ónus da prova	234
21.1.	O ónus da prova <i>versus</i> o ónus da alegação	234
21.2.	Ónus da prova subjetivo e objetivo. Regras distributivas	236
21.3.	Situações especiais	239
21.4.	Inversão do ónus da prova	242
SECÇÃO III. MEIOS E TIPOS DE PROVA		250
22.	Meios e tipos de prova	250
22.1.	Classificação legal	250
22.2.	Classificações doutrinárias	250
22.2.1.	Provas legais e provas livres	250
22.2.2.	Provas pré-constituídas e provas constituídas	252
22.2.3.	Provas pessoais e provas reais	253
22.2.4.	Provas diretas ou imediatas e provas indiretas ou mediatas	253
22.2.5.	Provas históricas ou representativas e provas críticas ou indiciárias	254
23.	Força probatória dos diversos meios de prova	255
24.	Convenções sobre provas. Limites legais	257
25.	Impugnação da admissibilidade ou da força probatória dos diversos meios de prova. Exceções probatórias	259
26.	A ilicitude das provas	260
27.	Procedimentos probatórios	262
27.1.	Enunciação	262
27.2.	Proposição das provas. Requerimentos probatórios	264
27.3.	Produção antecipada de prova	271
27.4.	Prova por prestação de informações e por apresentação de coisas ou documentos	273
27.5.	Prova por apresentação de coisas móveis ou imóveis	277
27.6.	O contraditório na produção das provas	277
28.	Gravação. Registo da prova	279



36.3.4. Confissão extrajudicial. Modalidades.	
Força probatória	329
37. Confissão com força probatória plena. Requisitos de eficácia	330
37.1. Razões da força probatória	330
37.2. Requisitos formais	335
38. A confissão com força probatória livre	338
39. Princípios comuns às diversas formas de confissão	339
39.1. Irretratabilidade	339
39.2. Indivisibilidade	339
40. Prova por declarações de partes. Força probatória	341
SECÇÃO VII. PROVA PERICIAL	347
41. Prova pericial	347
41.1. Objeto	347
41.2. Perícia singular e perícia colegial. Nomeação dos peritos	348
41.3. Procedimentos probatórios	349
41.4. Segunda perícia	352
41.5. Valor probatório	353
SECÇÃO VIII. PROVA POR INSPEÇÃO JUDICIAL	353
42. Prova por inspeção judicial	353
42.1. Objeto. Iniciativa. Valor probatório	353
42.2. Prova por verificações não judiciais qualificadas.	
Valor probatório	355
SECÇÃO IX. PROVA TESTEMUNHAL	356
43. Prova testemunhal	356
43.1. Noção e natureza	356
43.2. Admissibilidade	356
43.3. Inabilidades para depor	362
43.4. Proposição	365
43.4.1. Rol. Limite legal. Alteração	365
43.4.2. Prerrogativas de inquirição	367
43.4.3. Procedimentos probatórios	367
43.4.3.1. Lugar. Modo	367
43.4.3.2. Regime do depoimento	369
43.4.3.3. Não comparecimento. Consequências	371
43.5. Incidentes da inquirição	372

43.6. Abono de despesas e indemnização	373
43.7. Valor probatório	373
SECÇÃO X. MEIOS DE PROVA DE GÉNESE ENDOPROCESSUAL	374
44. Meios de prova de génese endoprocessual	374
44.1. Enunciação	374
44.2. Valor probatório	375
SECÇÃO XI. VALOR EXTRAPROCESSUAL DAS PROVAS	376
45. Valor extraprocessual das provas	376
45.1. Requisitos	376
45.2. Âmbito	377
45.3. Exclusão	378
CAPÍTULO V. AUDIÊNCIA FINAL	381
46. A audiência final	381
46.1. Designação	381
46.2. Requisição ou designação de técnico	382
46.3. Realização. Causas de adiamento. Princípios a observar	382
46.3.1. Causas de adiamento	382
46.3.2. Publicidade e continuidade da audiência	383
46.4. Juiz singular. Poderes do juiz. Plenitude da assistência do juiz	385
46.5. Atos a praticar. Gravação. Ata	386
46.5.1. Atos instrutórios	387
46.5.2. Alegações orais. Audiência de técnico designado	388
CAPÍTULO VI. A SENTENÇA	391
SECÇÃO I. A SENTENÇA. ESPÉCIES. O SIMPLES DESPACHO	391
47. A fase da sentença	391
47.1. A sentença. O simples despacho	391
47.2. Espécies de sentenças	393
47.3. Prazo	394
47.4. Competência	394
SECÇÃO II. ESTRUTURA E ELABORAÇÃO DA SENTENÇA. OBJETO.	
QUESTÕES A RESOLVER	395
48. Estrutura. Elaboração	395
48.1. Partes em que se decompõe	395
48.2. Poderes de cognição do juiz	395
48.3. Fundamentação de facto	400

48.3.1. Factos atendíveis	400
48.3.2. Análise crítica da prova	404
48.4. Fundamentação de direito. Subsunção ou qualificação jurídica. O silogismo judiciário	408
48.5. Questões a resolver. Ordem do julgamento	410
48.5.1. Questões de forma	411
48.5.2. Questões de fundo	412
48.6. Condenação em custas	414
48.6.1. Custas. Conceito	415
48.6.2. Regra geral	415
48.6.3. Regras especiais	417
48.7. Responsabilidade no caso de má-fé	424
SECÇÃO III. VÍCIOS DA SENTENÇA	426
49. Vícios da sentença. Retificação. Reforma.	426
49.1. Espécies	426
49.2. Nulidade	427
49.3. Anulabilidade	428
49.3.1. Causas legais	428
49.3.2. Regime de arguição e decisão	436
49.4. Retificação de erros materiais	438
49.5. Reforma	439
49.5.1. Se couber recurso da decisão	439
49.5.2. Se não couber recurso da decisão	440
SECÇÃO IV. EFEITOS E REGISTO DA SENTENÇA	440
50. Efeitos e registo da sentença	440
50.1. O caso julgado	440
50.2. Esgotamento do poder jurisdicional	443
50.3. Exequibilidade	443
50.4. Hipoteca judicial	444
50.5. Outros efeitos de carácter substantivo	446
50.6. Registo	446
<b>TÍTULO II. IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.</b>	
<b>OS RECURSOS</b>	451
<b>CAPÍTULO I. MEIOS IMPUGNATÓRIOS</b>	453
SECÇÃO I. MEIOS IMPUGNATÓRIOS	453
51. Impugnação das decisões judiciais	453

51.1.	O princípio do duplo grau de jurisdição	453
51.2.	Meios impugnatórios	455
51.2.1.	Razão de ser. Objeto	455
51.2.2.	Espécies não recursórias	456
51.2.3.	Meios devolutivos e não devolutivos	457
CAPÍTULO II. OS RECURSOS EM GERAL		459
SECÇÃO I. NOÇÃO. CLASSIFICAÇÕES. DISCIPLINA LEGAL		459
52.	Os recursos	459
52.1.	Noção	459
52.2.	Classificações doutrinárias	460
52.3.	Classificação legal	467
52.4.	O princípio da unicidade da instância	468
53.	Disciplina legal dos recursos cíveis	470
53.1.	Recursos cíveis previstos no Código de Processo Civil	470
53.2.	Recursos cíveis nos processos especiais	471
53.3.	Recursos de natureza cível previstos em legislação avulsa e em outros diplomas de direito processual	471
SECÇÃO II. ADMISSIBILIDADE. LEGITIMIDADE		479
54.	Admissibilidade e inadmissibilidade de recurso	479
54.1.	Requisitos legais. Critérios de recorribilidade	479
54.2.	Admissibilidade independentemente do valor da causa e da sucumbência	481
54.3.	Inadmissibilidade	483
54.3.1.	Regras gerais	483
54.3.2.	Despachos de mero expediente	483
54.3.3.	Despachos proferidos no uso legal de um poder discricionário	484
54.3.4.	Inadmissibilidades específicas	485
54.4.	Legitimidade para recorrer	486
54.5.	Perda do direito de recorrer. Renúncia. Desistência	487
SECÇÃO III. RECURSO INDEPENDENTE E RECURSO SUBORDINADO.		
RECURSO POR ADESÃO		488
55.	Recurso independente e recurso subordinado. Recurso por adesão	488
55.1.	Recurso independente e recurso subordinado	488
55.2.	Recurso por adesão. Extensão do recurso aos compartes não recorrentes	492

SECÇÃO IV. INTERPOSIÇÃO. PRAZOS. FORMA. REQUISITOS. DELIMITAÇÃO OBJETIVA E SUBJETIVA. ALEGAÇÃO E CONTRA-ALEGAÇÃO	495
56. Interposição do recurso. Prazos. Forma. Tramitação subsequente	495
56.1. Prazos	495
56.2. Requerimento e instrução. Modo. Forma	498
56.3. Ónus de alegar e formular conclusões. Ónus específico do impugnante da matéria de facto	499
56.4. Pagamento da taxa de justiça. Consequências da omissão	500
56.5. Delimitação subjetiva e objetiva. Ampliação do âmbito a requerimento do recorrido	501
56.6. Contra-alegação	502
SECÇÃO V. DESPACHO SOBRE O REQUERIMENTO DE INTERPOSIÇÃO. RECLAMAÇÃO	503
56.7. Despacho sobre o requerimento de interposição	503
56.8. Despacho de aperfeiçoamento	504
SECÇÃO VI. RECLAMAÇÃO CONTRA O INDEFERIMENTO	507
57. Reclamação contra o despacho de não admissão	507
57.1. Convolação do meio impugnatório	508
57.2. Tramitação subsequente à reclamação. Distribuição. Decisão	509
57.3. No âmbito do processo de trabalho	511
57.4. No âmbito do recurso de constitucionalidade	511
CAPÍTULO III. RECURSOS ORDINÁRIOS	
SECÇÃO I. RECURSO DE APELAÇÃO	513
SUBSECÇÃO I. Caraterização. Âmbito. Modo de subida. Efeito	513
58. A apelação	513
58.1. Caraterização. Âmbito	513
58.2. Apelações autónomas em processo comum de declaração	514
58.2.1. Apelação de decisões finais totais ou parcelares	514
58.2.2. Decisões interlocutórias e outras de carácter avulso	521
58.2.3. Restantes decisões do tribunal de 1ª instância não elencadas nos nºs 1 e 2 do art. 644º	531
58.2.4. Decisões interlocutórias que, mesmo não havendo recurso da decisão final, tenham interesse para o apelante independentemente daquela decisão	532
58.2.5. Apelações autónomas em processo de inventário	533

58.3.	Instrução do recurso com subida em separado	534
58.4.	Efeito	535
58.4.1.	Pedido de atribuição do efeito suspensivo. Traslado e prestação de caução	537
58.4.2.	Junção de documentos	538
SUBSECÇÃO II. A conferência. Poderes		540
59.	A conferência	540
59.1.	Poderes/deveres do relator	540
59.2.	Poderes/deveres dos adjuntos	543
59.3.	Questões prévias. Não conhecimento do objeto	544
59.3.1.	Erro quanto ao modo de subida	545
59.3.2.	Erro quanto ao efeito do recurso	545
SUBSECÇÃO III. Apelação da decisão de facto. Poderes da Relação		546
60.	Recurso da decisão de facto	546
60.1.	Ónus específico do recorrente e do recorrido	546
60.2.	Duplo grau de jurisdição em matéria de facto	549
60.3.	Poderes da Relação em sede fáctica	552
60.3.1.	Alteração da decisão	553
60.3.2.	Renovação da produção da prova	557
60.3.3.	Produção de novos meios de prova	559
60.3.4.	Anulação da decisão	561
60.3.4.1.	Anulação com base em deficiência, obscuridade ou contradição sobre pontos específicos da matéria de facto	562
60.3.4.2.	Anulação com base na indispensabilidade da ampliação da matéria de facto	563
60.3.5.	Determinação da fundamentação da decisão	564
SUBSECÇÃO IV. Julgamento. Regra da substituição. Tramitação subsequente		566
61.	Julgamento sumário	566
62.	Decisão definitiva. Modalidades. Regra da substituição	567
62.1.	Modalidades	567
62.2.	Regra da substituição ao tribunal de 1ª instância	569
63.	Elaboração do projeto de acórdão. Tramitação subsequente	570
63.1.	Vistos	570

63.2. Inscrição em tabela	571
63.3. Discussão. Votações. Vencimento. Maioria. Desempate	572
63.4. Estrutura do acórdão	574
63.5. Assinatura do acórdão	575
63.6. Publicidade do acórdão. Sumariação	575
63.7. Vícios e reforma do acórdão	576
63.8. Defesa contra demoras abusivas	576
63.9. Baixa do processo ao tribunal <i>a quo</i>	577
SECÇÃO II. RECURSO DE REVISTA	577
SUBSECÇÃO I. Revista simples. Fundamentos. Interposição. Modo de subida. Efeito	577
64. Recurso de revista	577
64.1. Revista simples (normal). Âmbito. Regime	577
64.2. Admissibilidade	578
64.3. Inadmissibilidade. Dupla conforme	580
64.4. Fundamentos	590
64.4.1. Elenco	590
64.4.2. Amplitude do conceito de violação da lei substantiva	591
64.4.3. Violação de normas emanadas dos órgãos competentes da União Europeia. O reenvio prejudicial	593
64.5. Interposição. Requisitos	598
64.5.1. Requerimento. Prazo. Alegações. Junção de documentos e pareceres	598
64.5.2. Modo de subida. Efeito	600
SUBSECÇÃO II. Poderes do Supremo Tribunal de Justiça	601
65. Poderes de cognição do Supremo Tribunal de Justiça	601
65.1. Regra geral: matéria de direito. Exceções	601
65.2. Questões de facto e questões de direito. Caracterização	604
65.3. Exemplos doutrinários e jurisprudenciais	607
SUBSECÇÃO III. Revista <i>per saltum</i>	609
66. Recurso de revista <i>per saltum</i>	609
66.1. Requisitos	610
66.2. Apreciação liminar pelo juiz do tribunal de 1ª instância	610
66.3. Apreciação liminar pelo Supremo Tribunal de Justiça. Admissão. Efeitos	612

SUBSECÇÃO IV. Julgamento da revista simples	612
67. Julgamento da revista (simples ou normal)	612
67.1. Aplicação subsidiária do regime da apelação. Exceções	612
67.2. Alegações (escritas) repetitivas ou redundantes	613
67.3. Alegações orais. Audiência de julgamento	614
67.4. Preparação da decisão	614
67.5. Âmbito do julgamento	615
67.6. Impugnabilidade da nova decisão proferida pelo tribunal <i>a quo</i>	619
SUBSECÇÃO V. Revista excecional	620
68. Revista excecional	620
68.1. Requisitos	620
68.2. Ónus do recorrente	622
68.3. Controlo da admissibilidade	623
68.3.1. Pela Relação	623
68.3.2. Pelo Supremo. Poderes da “Formação” restrita instituída pelo n.º 3 do art. 672.º	624
SUBSECÇÃO VI. Apreciação de nulidades	626
69. Apreciação de nulidades	626
69.1. Anulação do acórdão recorrido	626
69.2. Reforma do acórdão recorrido	626
69.3. Efeito do julgamento	627
SUBSECÇÃO VII. Julgamento ampliado de revista	628
70. Revista ampliada. Uniformização de jurisprudência	628
70.1. Caracterização. Recurso ordinário	628
70.2. Fundamentos	630
70.3. Julgamento. Especialidades. Publicação. Força vinculativa	632
CAPÍTULO IV. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	633
SECÇÃO I. RECURSO PARA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	633
71. Recurso para uniformização de jurisprudência	633
71.1. Caracterização. Âmbito. Iniciativa	633
71.2. Fundamento. Legitimidade. Prazo. Efeito	635
71.3. Instrução do requerimento	638
71.4. Apreciação liminar	639
71.5. Julgamento. Especialidades	640

SECÇÃO II. RECURSO DE REVISÃO	641
72. Recurso de revisão	641
72.1. Natureza jurídica. Tramitação	641
72.2. Fundamentos	643
72.3. Legitimidade ativa. Terceiro prejudicado	661
72.4. Prazos. Regras de contagem	663
72.5. Tribunal competente	664
72.6. Admissão do recurso. Efeito devolutivo. Prestação de caução	667
72.7. Fases	668
72.7.1. Fase rescindente	668
72.7.2. Fase rescisória. Natureza jurídica. Termos a seguir quando a revisão é julgada procedente	671
CAPÍTULO V. OS RECURSOS NO PROCESSO EXECUTIVO	675
73. Os recursos no processo executivo	675
73.1. Recursos ordinários	675
73.2. Recursos extraordinários	679
<b>TÍTULO III. O CASO JULGADO</b>	681
CAPÍTULO I. NATUREZA JURÍDICA. FORÇA VINCULATIVA	682
74. O caso julgado. O trânsito em julgado	682
74.1. Conceitos	682
74.2. Caso julgado formal e caso julgado material	684
74.3. Força vinculativa. Uniformização dos julgados. O precedente judicial	686
74.4. Contradição de julgados	689
CAPÍTULO II. LIMITES SUBJETIVOS	691
75. Limites subjetivos	691
75.1. Casos especialmente regulados na lei	694
75.1.1. Nas ações relativas às obrigações solidárias	694
75.1.2. Nas ações relativas ao estado das pessoas	695
75.1.3. Nas ações com substituição processual	699
75.2. Eficácia indireta ou reflexa	699
75.2.1. Terceiros juridicamente indiferentes	702
75.2.2. Terceiros juridicamente interessados	703

CAPÍTULO III. CASO JULGADO MATERIAL. LIMITES OBJETIVOS	709
SECÇÃO I. JULGADO EXPLÍCITO	709
SUBSECÇÃO I. Caso julgado material. Limites	709
76. Caso julgado material explícito. Limites objetivos.	709
76.1. A tripla identidade	709
76.2. Teoria material e teoria processual	711
76.3. Efeitos. Conceções ampla e restrita	712
76.4. Efeito preclusivo do caso julgado	715
76.5. Caso julgado material e autoridade de caso julgado	719
76.6. Limites temporais. Princípio <i>rebus sic stantibus</i>	722
SUBSECÇÃO II. Extensão do caso julgado material	724
76.7. Questões cobertas e não cobertas	724
76.7.1. Questões impertinentes, <i>obiter dicta</i> e questões ultrapassadas	724
76.7.2. Fundamentação de facto	726
76.7.3. Situações específicas	727
76.7.3.1. Juízos de subsunção e de qualificação	727
76.7.3.2. Relações jurídicas bilaterais ou sinalagmáticas	728
76.7.3.3. Questões prejudiciais	730
76.7.3.4. Questões incidentais	733
76.7.3.5. Questões prévias. Questões secundárias. Questões instrumentais	735
SECÇÃO II. JULGADO IMPLÍCITO	736
77. Caso julgado implícito. Noção	736
77.1. Julgamento implícito e omissão de pronúncia	737
77.2. Questões cobertas	738
77.2.1. Fundamentos da decisão. Interpretação da sentença	738
77.2.2. Antecedentes lógicos da decisão	742
SECÇÃO III. CASO JULGADO PENAL. FORÇA PROBATÓRIA	745
78. Caso julgado penal: seus efeitos no processo civil	745
78.1. Decisão final condenatória	745
78.2. Decisão final absolutória	748
ÍNDICE GERAL	751